

A importância de se "derrubar um forte"

Senado Federal

O senador Antonio Carlos Magalhães, fiel ao seu estilo, passou a culpar a imprensa pela enrascada a que as suas próprias ações o conduziram, no episódio da cassação do senador Luiz Estevão, há dez meses. O assunto, que já tinha sido praticamente esquecido, voltou à tona quando, em fevereiro último, o político baiano teve a infausta idéia de confidenciar a três procuradores federais, numa conversa que não imaginava estar sendo gravada, que sabia quem votara contra ou a favor da cassação do envolvido no escândalo do TRT paulista. Agora, alega que a mídia o condenou por antecipação como mandante da violação do sistema eletrônico de votações no Senado, está pressionando indiretamente o Conselho de Ética para que aprove a abertura de processo contra ele por quebra do decoro parlamentar e tem dado uma importância desmedida ao caso, tudo por um único motivo: "Querem derrubar um forte." Na verdade, a partir de uma premissa falsa, o senador chegou a uma conclusão acertada.

A premissa é falsa porque, a exemplo de seu parceiro José Roberto Arruda, foi ele quem se autocondenou ao se mostrar incapaz de se desvencilhar, no depoimento de quinta-feira passada, das evi-

dências da sua participação na violação do painel produzidas pelo testemunho incriminatório da ex-diretora do Prodasen Regina Borges. A verdade ofuscante é que, exceto pelo refrão de seus seguidores incondicionais no mundo político da Bahia, não há duas opiniões sobre o malogro do senador em convencer os membros do Conselho de Ética e o grande público que a tudo acompanhava pela TV de que não teve qualquer participação na operação de quebra do segredo do voto de seus pares. Nem mesmo no PFL, à parte os carlistas, houve quem se dispusesse a inocentar o senador. Ao contrário, em conversas reservadas não raros pefelistas admitem a sua culpa – se não por ação, por omissão.

Mas, se é vazia a queixa contra o modo como a imprensa vem tratando daquilo que um dos acólitos do senador, o deputado federal José Carlos Aleluia, ousa qualificar desdenhosamente como "um problema regimental" (!), está perfeitamente certo o senador Antonio Carlos Magalhães quando diz que o que se quer é "derrubar um forte" – no caso, um dos mais influentes caciques políticos dos últimos 30 anos. Como não, se essa figura "forte", além de seu envolvimento no escândalo do

painel, é símbolo incontestado de alguns dos piores vícios da política brasileira? Quando se descobre, graças ao seu irrefreável pendor pela jactância, que o último grande remanescente do sistema de controle oligárquico do Poder Público, na esfera regional e federal, atentou contra a ética parlamentar, no exercício da presidência do Senado e do Congresso Nacional, outra não poderia ser, nem deveria, a reação da mídia.

Fosse um borra-botas qualquer que tivesse feito o que Antonio Carlos fez – na hipótese quase absurda de que um político de pequeno calibre ti-

vesse os meios e a autoridade para tanto –, é óbvio que o descompasso entre a gravidade do delito e a hipotética desimportância política do seu autor diminuiria o impacto do ocorrido no noticiário e na percepção da sociedade. Mesmo se o único envolvido fosse o senador Arruda, o então líder do governo na Casa, que pode não ser um borra-botas, mas definitivamente não é um ACM, as proporções do caso seriam compreensivelmente menores. Ainda bem que não o são, é o caso de dizer. Levando-se em conta que um crime

foi cometido e que esse crime tem gravidade proporcional à envergadura do principal nome a ele associado, cumprem uma verdadeira função cívica os órgãos de divulgação que chamam a atenção para as mentiras confessadas e advertem que outras já possam ter sido fabricadas para desmentir as primeiras. Ninguém está sendo linchado moralmente, muito menos privado do seu legítimo direito de defesa –

basta ver o espaço que as declarações do senador Antonio Carlos continuam a ocupar.

Os brasileiros, que provavelmente nunca antes estiveram

tão atentos aos malfeitos dos políticos, alimentam a expectativa de que, desta vez, não só uma trapaça acabará sendo desvendada, mas também os responsáveis pagarão por ela – como justa retribuição por atos praticados e como prova de que, finalmente, a condição de manda-chuva deixou de ser garantia de impunidade. Nesse sentido, a merecida punição de "um forte" terá um efeito de amplitude proporcional ao seu antigo poder, em termos de purificação dos costumes políticos do Brasil.

É preciso, de fato, derrubar um "forte" símbolo de nossos vícios políticos